



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 22 de novembro de 2023
(OR. en)

15630/23

ECOFIN 1207
UEM 368
SOC 800
EMPL 574
COMPET 1135
ENV 1328
EDUC 450
RECH 514
ENER 628
JAI 1510
GENDER 205
ANTIDISCRIM 191
JEUN 266
SAN 678

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	21 de novembro de 2023
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2023) 903 final
Assunto:	Recomendação de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO sobre a política económica da área do euro

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2023) 903 final.

Anexo: COM(2023) 903 final



Estrasburgo, 21.11.2023
COM(2023) 903 final

Recomendação de

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

sobre a política económica da área do euro

{SWD(2023) 903 final}

Recomendação de

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO

sobre a política económica da área do euro

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 136.º, conjugado com o artigo 121.º, n.º 2,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho, de 7 de julho de 1997, relativo ao reforço da supervisão das situações orçamentais e à supervisão e coordenação das políticas económicas¹, nomeadamente o artigo 5.º, n.º 2,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1176/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos², nomeadamente o artigo 6.º, n.º 1,

Tendo em conta a recomendação da Comissão Europeia,

Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité de Política Económica,

Considerando o seguinte:

- (1) A economia da área do euro demonstrou resiliência face aos grandes choques económicos dos últimos anos, mas perdeu recentemente dinamismo. Após uma recuperação considerável em 2021 e 2022, o crescimento na área do euro deverá abrandar para 0,6 % em 2023. Os preços no consumidor elevados e ainda em rápido crescimento da maioria dos bens e serviços têm tido um forte impacto, apesar da descida dos preços da energia, e a procura externa não está a assegurar um forte apoio. Entretanto, a resposta da política monetária a uma inflação elevada está a repercutir-se a nível de toda a economia. Do lado positivo, o mercado de trabalho continua a ser forte, com a taxa de desemprego a um nível historicamente baixo, todavia com diferenças entre os Estados-Membros e as regiões, e as taxas de participação e de emprego estão a níveis historicamente elevados, embora estejam a surgir sinais de arrefecimento. Em 2024, espera-se uma recuperação gradual do crescimento, ao nível de 1,2 %, em resultado da continuação da expansão do emprego e do aumento dos salários reais, enquanto a desinflação prossegue. As perspetivas continuam rodeadas de elevada incerteza e riscos, relacionados

¹ JO L 209 de 2.8.1997, p. 1, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/1997/1466/oj>.

² JO L 306 de 23.11.2011, p. 25, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2011/1176/oj>

principalmente com a evolução da atual guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a situação no Médio Oriente na sequência dos brutais ataques terroristas perpetrados pelo Hamas contra Israel, suscetíveis de afetar os mercados da energia. Além disso, o impacto das políticas de luta contra a inflação e os seus possíveis efeitos na atividade económica agravam os riscos que rodeiam as perspetivas. As mudanças estruturais relacionadas, em especial, com a intensificação do impacto das alterações climáticas, como ilustrado pelas condições meteorológicas extremas e pelos incêndios florestais e inundações sem precedentes verificados no verão, afetam igualmente as perspetivas.

- (2) Após o pico registado em outubro de 2022, a inflação global na área do euro abrandou, graças principalmente à descida dos preços dos produtos energéticos, mas também a uma moderação generalizada gradual das outras componentes. No entanto, a inflação dos produtos alimentares e dos serviços continua a ser elevada, especialmente para as pessoas mais vulneráveis, e a pressão inflacionista continua a ser substancial em vários Estados-Membros. A inflação deverá diminuir para 5,6 % em 2023 e para 3,2 % em 2024, mantendo-se assim acima do objetivo do BCE de 2 %. O processo de desinflação é apoiado pelo maior e mais rápido aumento das taxas de juro do BCE desde a criação da União Monetária. As taxas de rendibilidade da dívida soberana na área do euro aumentaram, mas os diferenciais mantiveram-se relativamente estáveis. O BCE manifestou repetidamente o seu empenho em manter as taxas de juro elevadas durante o tempo necessário para reconduzir a inflação para o respetivo objetivo e esclareceu que a futura trajetória da política monetária continuará a seguir uma metodologia baseada em dados concretos.
- (3) O choque dos preços da energia prejudicou a competitividade dos custos na área do euro, em especial para os Estados-Membros e os setores com utilização mais intensiva de energia. Até à data, o impacto negativo dos custos mais elevados foi atenuado pela evolução das taxas de câmbio e pelas medidas temporárias tomadas pelos governos para apoiar as empresas e os agregados familiares vulneráveis. No entanto, o elevado custo da energia, juntamente com as diferenças na intensidade energética das economias dos Estados-Membros e no seu aprovisionamento energético, contribuíram para grandes diferenciais de inflação na área do euro. Apesar da diminuição dos preços dos produtos energéticos em 2023, estes diferenciais apenas diminuíram parcialmente até à data. Juntamente com a dispersão do crescimento salarial ao longo dos últimos dois anos, os diferenciais de preços duradouros poderão resultar em fossos duradouros a nível da competitividade entre os Estados-Membros da área do euro e contribuir para desequilíbrios macroeconómicos suscetíveis de comprometer o funcionamento da área do euro. No médio prazo, a capacidade da área do euro e dos Estados-Membros para reforçarem a produtividade depende, em parte, da capacidade de dinamização da inovação e do investimento. A este respeito, as perspetivas dos preços e custos da energia que poderão ser permanentemente mais elevados do que os dos parceiros comerciais, um fosso persistente a nível do crescimento da produtividade em comparação com os pares e os riscos crescentes de fragmentação geoeconómica poderão colocar as economias da área do euro em situação de desvantagem.
- (4) A atual conjuntura macroeconómica, caracterizada por incertezas persistentes, inflação elevada e competitividade ameaçada da área do euro, exige a execução de uma agenda política ambiciosa. No curto prazo, continua a ser prioritário assegurar o regresso da inflação ao objetivo de 2 % do BCE. Além disso, a persistência de

diferenças a nível das taxas de inflação entre os Estados-Membros poderá traduzir-se em divergências em matéria de competitividade. A política orçamental deve contribuir para o processo de desinflação, sendo diferenciada em função dos níveis da dívida e da inflação específicos de cada país. O rendimento real diminuiu em 2022, apelando a que a evolução salarial atenuar a perda de poder de compra, em especial para os trabalhadores com baixas remunerações. Ao mesmo tempo, os efeitos indiretos sobre a inflação e a competitividade devem ser acompanhados de perto pelas autoridades públicas e tidos em conta na formação dos salários. Além disso, continua a ser crucial limitar os riscos para a estabilidade macrofinanceira e o impacto macroeconómico de condições financeiras mais restritivas. No futuro, a área do euro deve continuar a promover o crescimento inclusivo e a preservar a sua competitividade a nível mundial, evitando simultaneamente divergências em toda a área do euro. A este respeito, é fundamental a concretização das reformas e dos investimentos, nomeadamente para promover a transição ecológica e digital e a resiliência da área do euro. A participação atempada e eficaz dos parceiros sociais e o diálogo social forte são fundamentais para apoiar a conceção das políticas e uma ampla apropriação que promova a sua execução.

- (5) Após uma expansão considerável relacionada com a crise entre 2020 e 2022, prevê-se que a orientação da política orçamental na área do euro seja restritiva em 2023 e 2024, o que é coerente com a necessidade de reduzir o défice e a dívida públicos e de evitar alimentar pressões inflacionistas, mantendo-se simultaneamente flexível face à elevada incerteza. Entre 2020 e 2022, a orientação orçamental expansionista da área do euro, correspondente a cerca de 4 % do PIB, apoiou a economia face à crise da COVID-19 e ao aumento dos preços da energia na sequência da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Em 2023 e 2024, prevê-se que a orientação global da política orçamental se torne contracionista, equivalente a $\frac{1}{2}$ % do PIB em ambos os anos, devido principalmente à eliminação quase completa das medidas no domínio da energia relacionadas com a crise. A orientação contracionista da política orçamental prevista em 2023 e 2024 contribuirá para restabelecer as reservas orçamentais ao longo do tempo e, assim, para melhorar a sustentabilidade da dívida pública em alguns Estados-Membros. Ao mesmo tempo que se assegura o cumprimento dos limites ao crescimento das despesas líquidas recomendado pelo Conselho, é igualmente importante que a orientação da política orçamental seja modulada de modo a evitar divergências duradouras a nível da inflação. Para além da necessidade de manter uma estratégia orçamental prudente, o investimento público deve ser mantido e, se necessário, reforçado, com vista a apoiar o crescimento de longo prazo e as transições ecológica e digital. Em 2023 e 2024, o investimento público deverá continuar a expandir-se na maioria dos Estados-Membros, com o apoio contínuo do MRR e de outros fundos da UE. As finanças públicas também enfrentam pressões decorrentes dos elevados custos relacionados com o envelhecimento da população, a defesa, bem como o diferencial menos favorável entre as taxas de crescimento e de juros. No âmbito das recomendações específicas por país, foi recomendado a alguns Estados-Membros da área do euro que tomassem medidas para melhorar a sustentabilidade dos seus sistemas de pensões e de saúde e adotassem reformas fiscais. A realização de análises das despesas como parte intrínseca do processo orçamental (pluri)anual contribuiria para melhorar a eficiência e a qualidade das despesas públicas. Essas análises devem ter um âmbito, um mandato e uma metodologia claros e os seus resultados devem ser comunicados claramente ao público.

- (6) O rácio agregado dívida/PIB da área do euro deverá diminuir uma percentagem acumulada de 2,8 pontos percentuais no período 2023-2024, atingindo 89,7 % do PIB no final de 2024. A descida é principalmente impulsionada pelo crescimento do PIB nominal, que ultrapassa a taxa de juro média paga sobre a dívida pendente. No entanto, a dívida continua a ser elevada em vários Estados-Membros e as taxas de juro mais elevadas repercutir-se-ão gradualmente em custos mais elevados do serviço da dívida, exercendo pressão sobre a dinâmica da dívida no médio prazo num grau variável, em função do nível da dívida, da sua estrutura de prazos e da percentagem de obrigações indexadas à inflação. A proposta da Comissão de reforma do quadro de governação económica³ visa promover ajustamentos orçamentais realistas, sustentados e graduais, orientados por planos de médio prazo específicos por país, e reforçar um crescimento sustentável, incentivando a concretização de reformas e investimentos relevantes. O Conselho está decidido a concluir os trabalhos sobre o quadro de governação económica em 2023. A rápida obtenção de um acordo sobre o quadro jurídico revisto reforçará a clareza e a previsibilidade da política orçamental futura, promovendo simultaneamente a sustentabilidade da dívida e o crescimento económico.
- (7) O custo das medidas de apoio de emergência tomadas para atenuar o impacto económico e social do aumento dos preços da energia aumentou em 2023, apesar da queda dos preços da energia desde o pico registado em 2022. A Comissão estima que o custo orçamental líquido dessas medidas ascenda a 1,0 % do PIB da área do euro em 2023, contra 1,3 % em 2022. Apesar dos pareceres políticos anteriores e dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros no sentido de melhorar a qualidade dessas medidas de apoio, quase metade dos custos orçamentais conexos em 2023 foi canalizado para medidas referentes a preços que não se destinam a pessoas vulneráveis e às empresas. Prevê-se atualmente que a maior parte das medidas seja progressivamente suprimida ao longo de 2024, em consonância com a estabilização esperada dos preços da energia; se estes planos se concretizarem, haverá um custo orçamental residual de cerca de 0,2 % do PIB em 2024 para o conjunto da área do euro. No entanto, caso os preços da energia aumentem novamente para níveis que exijam medidas de apoio novas ou continuadas, essas medidas devem visar a proteção dos agregados familiares vulneráveis e das empresas, de modo comportável do ponto de vista orçamental e preservando os incentivos à poupança de energia. Mais genericamente, e para além das medidas energéticas relacionadas com a crise, uma maior utilização da tributação ambiental, em consonância com o princípio do poluidor-pagador, juntamente com a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis e de outros subsídios prejudiciais para o ambiente, poderia contribuir para aumentar a margem de manobra orçamental dos Estados-Membros da área do euro.
- (8) A manutenção de um nível suficientemente elevado de investimento público de elevada qualidade pode ajudar a impulsionar o crescimento potencial e apoiar as transições ecológica e digital. A este respeito, a plena execução das reformas e dos investimentos no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e dos fundos da política de coesão constitui uma prioridade. A execução dos planos nacionais de recuperação e resiliência está bem encaminhada, mas os progressos nesse âmbito variam consoante os Estados-Membros e a respetiva execução deve ser

³ COM(2023) 240 final, COM(2023) 241 final e COM(2023) 242 final.

intensificada em alguns casos, a fim de recuperar atrasos acumulados. Em meados de novembro, a Comissão recebeu 34 pedidos de pagamento de 19 Estados-Membros da área do euro e desembolsou um montante total de 162,1 mil milhões de EUR em subvenções e empréstimos. Este montante reparte-se em 51,6 mil milhões de EUR pagos a título de pré-financiamento e 110,5 mil milhões de EUR desembolsados após terem sido atingidos os marcos e as metas. O ritmo de desembolso em 2023 foi ligeiramente inferior ao previsto, em parte porque os Estados-Membros estão a concentrar-se na revisão dos seus planos de recuperação e resiliência devido a alterações nas dotações das subvenções, aos novos pedidos de empréstimo e à introdução de capítulos REPowerEU⁴. Desde o início da pandemia de COVID-19, a política de coesão, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão, do Fundo Social Europeu e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, desembolsou cerca de 120 mil milhões de EUR a favor dos Estados-Membros da área do euro. No contexto da revisão intercalar da política de coesão, os Estados-Membros terão a oportunidade de rever os programas da política de coesão e afetar fundos para dar resposta a necessidades prementes e desafios emergentes. O ciclo do Semestre Europeu de 2024 fornecerá orientações relativamente à revisão intercalar e ajudará a direcionar o financiamento adicional à luz do contexto socioeconómico e dos problemas existentes nos Estados-Membros e nas regiões, promovendo simultaneamente a complementaridade com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência e outros fundos da UE.

- (9) A promoção do investimento privado, da inovação e do desenvolvimento de competências é fundamental para aumentar a produtividade e reforçar a competitividade da área do euro, em especial para apoiar as transições ecológica e digital. A eliminação dos obstáculos ao investimento, nomeadamente através de reformas que racionalizem e digitalizem o planeamento, a concessão de licenças e outros procedimentos administrativos, contribuirá para impulsionar o investimento privado. A política industrial pode também contribuir apoiando o investimento, salvaguardando a competitividade e evitando riscos associados à dependência excessiva de um número limitado de países terceiros relativamente a tecnologias, matérias-primas e fatores de produção industriais essenciais. No âmbito do seu Plano Industrial do Pacto Ecológico, a Comissão Europeia apresentou várias iniciativas destinadas a reforçar setores estratégicos, incluindo o Regulamento Indústria de Impacto Zero⁵, o Regulamento Matérias-Primas Críticas⁶ e a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP)⁷. O Fundo de Inovação e o Fundo de Modernização também prestam apoio financeiro à transição necessária a nível do setor privado. Além disso, através da adoção do Quadro Temporário de Crise e Transição⁸, a Comissão Europeia permitiu aos Estados-Membros utilizar a flexibilidade prevista nas regras em matéria de auxílios estatais para apoiar medidas em setores fundamentais relativamente à transição para uma economia com impacto neutro no clima. Embora os Estados-Membros da área do euro tenham tomado medidas para apoiar os setores mais expostos à crise energética e a transição

⁴ Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (JO L 57 de 18.2.2021, p. 17) , ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2021/241/oj>

⁵ COM(2023) 161 final.

⁶ COM(2023) 160 final.

⁷ COM(2023) 335 final.

⁸ JO L 101 de 17.3.2023, p. 3.

ecológica, essas medidas são geralmente decididas a nível nacional, o que acarreta um risco de distorção das condições de concorrência equitativas no mercado único. A STEP é um primeiro passo para dar resposta à crescente necessidade de investimentos públicos da UE no domínio das tecnologias críticas, a fim de mobilizar investimentos privados muito maiores e ajudar a preservar a coesão e o mercado único. É também um elemento importante para testar a viabilidade e a preparação de novas intervenções como um passo no sentido da criação do Fundo Europeu de Soberania. A existência de mercados de capitais fortes é crucial para uma economia da área do euro inclusiva, competitiva e resiliente. Uma União dos Mercados de Capitais mais aprofundada contribuirá para mobilizar o financiamento privado necessário para as transições ecológica e digital, reduzir a fragmentação e melhorar o acesso ao financiamento. Em fevereiro de 2023, o Conselho Europeu instou o Conselho da UE e o Parlamento Europeu a acelerarem a execução do Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais, fazendo avançar e finalizando os trabalhos sobre as propostas legislativas neste domínio. Em maio de 2023, o Eurogrupo estabeleceu o objetivo de chegar a acordo, até março de 2024, sobre os domínios que a Comissão Europeia deve ponderar para aprofundar a União dos Mercados de Capitais. No âmbito dos trabalhos sobre a União Económica e Monetária, a Comissão apresentou, em 2023, uma proposta relativa ao quadro jurídico do euro digital. Um euro digital, que complementarará o euro em numerário, apoiará a digitalização da economia, bem como a inovação a nível dos pagamentos de pequeno montante, reduzindo simultaneamente a fragmentação dos pagamentos em toda a União. Se for emitido, o euro digital introduzirá uma nova possibilidade de utilização de moeda do banco central isenta de risco nos serviços de pagamento europeus. Facilitará igualmente os pagamentos transfronteiras e contribuirá para reforçar o papel internacional do euro, bem como a autonomia estratégica aberta da Europa.

- (10) Apesar da desaceleração da dinâmica de crescimento, o mercado de trabalho continua a ser resiliente. O emprego continuou a crescer em 2023, juntamente com o número de horas de trabalho, num contexto de escassez de mão de obra e de competências, bem como de uma tendência crescente de retenção de mão de obra por parte das empresas. Embora o bom desempenho global tenha sido generalizado a nível dos Estados-Membros, alguns grupos continuam a estar sub-representados no mercado de trabalho (mulheres, jovens, pessoas pouco qualificadas, pessoas com deficiência). As políticas ativas do mercado de trabalho (juntamente com a oferta de ensino e acolhimento na primeira infância de qualidade e a preços acessíveis) desempenham um papel fundamental no reforço da participação e no apoio à oferta e aquisição de competências, com um impacto positivo no crescimento do produto potencial e na competitividade no longo prazo. Complementando o aproveitamento dos talentos na União, a gestão da migração legal proveniente de países terceiros, assegurando o respeito e a aplicação dos direitos laborais e sociais, pode ajudar a resolver a escassez de competências e de mão de obra. Em 2022, os Estados-Membros da área do euro emitiram 664 000 primeiras autorizações de trabalho para nacionais de países terceiros para efeitos de emprego, um número que quase triplicou nos últimos 10 anos.
- (11) Os salários nominais aumentaram em 2022 (+4,8 %) e durante os primeiros meses de 2023, devido à elevada inflação e aos mercados de trabalho sem folga. Embora tal tenha atenuado parcialmente as perdas de poder de compra, o crescimento dos salários nominais não acompanhou a inflação (-3,7 % relativamente aos salários reais em 2022). O crescimento dos salários nominais deverá ser forte ao longo de 2023 e

2024, enquanto os salários reais deverão aumentar moderadamente, fortalecendo assim a procura interna. Ao mesmo tempo, o crescimento esperado dos salários pode afetar os preços dos bens e serviços com uma forte componente do trabalho nacional, embora o impacto sobre os preços possa ser atenuado se os anteriores aumentos dos lucros unitários forem anulados. Salários mais elevados podem também afetar a competitividade, e a existência de divergências duradouras a nível da área do euro pode, entre outros fatores, conduzir a desequilíbrios macroeconómicos. Os acordos salariais devem, por conseguinte, refletir adequadamente a evolução da área do euro, para além da dinâmica nacional.

- (12) O aumento do custo de vida, relacionado principalmente com a crise energética e o consequente agravamento dos termos de troca, teve um impacto negativo no rendimento real, bem como implicações sociais significativas. Em 2022, os preços aumentaram 17,5 % no respeitante à habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, 10,5 % aos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e 11,2 % aos transportes. Os agregados familiares com baixos rendimentos sofreram ajustamentos particularmente grandes do custo de vida. Mais de metade dos Estados-Membros da área do euro registaram aumentos da privação material e social, bem como da pobreza energética, apesar da evolução dos salários nominais e dos mecanismos de apoio. Em vários Estados-Membros, o aumento do custo de vida afetou desproporcionadamente os idosos e as pessoas que vivem em zonas rurais.
- (13) O setor bancário da área do euro provou ser resiliente, apesar de vários episódios de maior turbulência do mercado. O setor bancário da área do euro encontra-se atualmente bem capitalizado e é rentável, como confirmado pelos testes de esforço à escala da UE de 2023 realizados pela Autoridade Bancária Europeia. Paralelamente à maior restritividade dos critérios monetários e de concessão de empréstimos, os fluxos de crédito ao setor privado estão a abrandar acentuadamente. Futuramente, a deterioração acentuada das perspetivas macroeconómicas, juntamente com a manutenção de taxas de juro elevadas durante um longo período de tempo, pode traduzir-se numa menor qualidade dos ativos. Ao mesmo tempo, o setor da intermediação financeira não bancária pode ser confrontado com vulnerabilidades. Num contexto de condições de financiamento mais restritivas, o acompanhamento atempado dos riscos, a colaboração proativa com os devedores e a gestão ativa dos empréstimos não produtivos serão aspetos importantes para manter a capacidade do setor bancário para financiar a retoma económica. Podem surgir outros riscos para os mercados financeiros. Mais concretamente, os prémios de risco mais elevados num quadro de condições de liquidez mais restritivas poderão provocar uma correção mais forte e potencialmente desordenada dos preços dos ativos. O ajustamento em curso nos mercados imobiliários residencial e comercial também tem de ser acompanhado de perto. O aumento das taxas de empréstimo hipotecário e o agravamento da capacidade de serviço da dívida podem conduzir a correções substanciais dos preços da habitação e provocar instabilidade financeira.
- (14) A declaração da Cimeira do Euro de março de 2023 reiterou os compromissos assumidos pelos dirigentes da área do euro no sentido de concluir a União Bancária. Em especial, a ratificação do Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade revisto, que permite a introdução do mecanismo de apoio comum no Fundo Único de Resolução, reforçará ainda mais a resiliência da área do euro. Neste contexto, em abril de 2023, a Comissão apresentou uma proposta de reforma do quadro de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos, com o objetivo de permitir que as

autoridades organizem uma saída ordenada do mercado dos bancos em dificuldades de qualquer dimensão e modelo empresarial, incluindo os operadores de menor dimensão.

RECOMENDA que, durante o período de 2024 a 2025, os Estados-Membros da área do euro adotem medidas a nível individual, através nomeadamente da implementação dos respetivos planos de recuperação e resiliência, e coletivamente, no âmbito do Eurogrupo, para:

1. Adotar políticas orçamentais coordenadas e prudentes com vista a manter a dívida em níveis prudentes ou colocar os rácios da dívida numa trajetória descendente realista. Prosseguir uma orientação da política orçamental globalmente restritiva na área do euro, facilitando assim o regresso atempado da inflação ao objetivo de 2 %, embora permanecendo flexível face à elevada incerteza. Eliminar as medidas de apoio no setor da energia relacionadas com a crise o mais rapidamente possível e utilizar as poupanças daí resultantes para reduzir os défices. Ao mesmo tempo que se assegura o cumprimento dos limites máximos das despesas recomendados pelo Conselho, modular a orientação da política orçamental de modo a evitar divergências duradouras a nível da inflação. No médio prazo, desenvolver estratégias orçamentais tendentes a assegurar uma situação orçamental prudente no médio prazo e reforçar a sustentabilidade da dívida, se necessário, através de uma consolidação gradual e sustentável, combinada com investimentos públicos e reformas de elevada qualidade. Sempre que necessário, incluir nessas estratégias medidas destinadas a elevar ainda mais a eficiência e a qualidade das despesas públicas e a melhorar a sustentabilidade e a adequação dos sistemas de pensões e de saúde.
2. Manter um elevado nível de investimento público, a fim de apoiar as transições ecológica e digital e reforçar a produtividade e a resiliência. Acelerar a execução dos planos de recuperação e resiliência, incluindo os respetivos capítulos REPowerEU. Aproveitar plenamente os programas da política de coesão e assegurar que a sua revisão intercalar tem em conta nomeadamente os problemas identificados no Semestre Europeu e os progressos realizados na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, sem reduzir a sua ambição global.
3. Em conformidade com as práticas nacionais e respeitando o papel dos parceiros sociais, apoiar uma evolução salarial que atenua a perda de poder de compra, nomeadamente das pessoas que auferem salários mais baixos, tendo devidamente em conta a dinâmica da competitividade e evitando divergências duradouras na área do euro. Promover a melhoria de competências e a requalificação, bem como políticas ativas do mercado de trabalho para fazer face à escassez de mão de obra e de competências e aumentar a produtividade. Tomar medidas para facilitar a gestão da migração legal de trabalhadores de países terceiros com profissões cuja oferta é escassa, em plena complementaridade com o aproveitamento dos talentos existentes da UE. Salvaguardar e reforçar sistemas de proteção social e inclusão adequados e sustentáveis. Assegurar a participação efetiva dos parceiros sociais na definição das políticas e aprofundar o diálogo social.
4. Eliminar os obstáculos ao investimento para reduzir o défice de investimento existente no plano das transições ecológica e digital. Melhorar o acesso ao financiamento, em especial para as empresas inovadoras e as PME, através de novos progressos rumo à União dos Mercados de Capitais. Assegurar que o apoio público aos setores estratégicos relevantes é direcionado sem criar distorções das condições

de concorrência equitativas no mercado único e com vista a reforçar a competitividade da área do euro e a autonomia estratégica aberta. Continuar a reforçar o papel internacional do euro e prosseguir os progressos nos trabalhos sobre o euro digital.

5. Acompanhar os riscos associados a condições financeiras mais restritivas, em especial os relacionados com a qualidade dos ativos e com eventuais correções nos preços dos ativos, incluindo nos mercados imobiliários. Acompanhar a evolução da intermediação financeira não bancária para evitar a acumulação de riscos sistémicos e repercussões negativas para a economia. Concluir a União Bancária continuando a trabalhar em todos os seus elementos, incluindo o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos.

Feito em Estrasburgo, em

*Pelo Conselho
O Presidente*